

Algumas considerações sobre a pandemia no Brasil

Fernanda Tavares e Tainá Caitete



O mundo está experimentando um momento de queda. São muitas as incertezas que se apresentam nesse momento da pandemia causada pelo novo coronavírus. No campo social mais amplo vemos a preocupação dos governos em alcançar formas de conter o avanço do vírus e a corrida para proporcionar cuidados assistenciais em saúde para o número de infectados que cresce vertiginosamente.

As políticas restritivas de isolamento social têm sido observadas em diversos países e ganham características singulares em cada território. Estas têm se apresentado imprescindíveis para conter o avanço dos adoecimentos e contágios, ainda que coloquem em questão valores sociais muito caros como a liberdade da livre circulação. Algumas delas trazem bastante estranhamento e nos faz questionar ao que se relacionam, pois não parecem associadas apenas ao controle do avanço do vírus. Como o caso das pessoas algemadas pelos pés na Colômbia em praça pública para “servir de exemplo” após descumprirem a quarentena na última semana. Ou o caso do Peru que está implementando uma política de gênero para circulação nas ruas. Dias em que só homens circulam e outros que só mulheres.

Aqui no Brasil estamos caminhando para a sexta semana de isolamento social como medida para conter o avanço do contágio do covid19. Este isolamento foi deferido pelo governo dos estados e municípios, quando se constatou o aumento no número de casos e o contágio comunitário, ou seja, quando os infectados não eram mais apenas as pessoas que chegaram de viagem. Sabemos que os números divulgados não condizem com a real situação, pois não há testes suficientes e estes estão sendo aplicados em casos mais graves em que se avalia a necessidade da internação. Contudo, a grande concentração de casos está nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, ainda que estejamos vendo o espalhamento do vírus por outras cidades, como por exemplo, Manaus que já está colapsando, operando no limite de sua capacidade, tendo o índice de ocupação dos leitos em torno de 95% a 97%, sendo o Amazonas hoje, o estado com o maior número de mortes por covid19 em relação ao total da população, e que tem ainda a maior população indígena do país, o que torna a situação ainda mais calamitosa, dado o descaso histórico existente com essas populações. Além disso, essa semana, as notícias davam conta do aumento no número de pessoas que morreram em casa, sem conseguir atendimento para tratar a

doença, esse número cresceu 36,5% em um único dia; nos cemitérios já estão sendo construídos valas comuns para dar conta do aumento de mortes, que registrou num único dia 120 sepultamentos, o quádruplo da média que era de 30 mortes antes do Covid-19.

Os dados oficiais apontam que temos hoje mais de 73 mil casos confirmados* e mais de 5.000 mortes* por Covid-19 no país, entretanto como informamos acima, a subnotificação é um elemento importantíssimo para pensarmos as escolhas políticas também, na medida em que grande parte das pessoas não tem procurado as unidades de saúde já que não há testes disponíveis e somente são realizados em caso de sintomas mais graves como febre, tosse seca, dificuldades de respirar e após o quarto dia e até o décimo dia de persistência dos sintomas. Até o dia 20 de abril o Ministério da Saúde divulgou que foram realizados até aquele momento 132.427 mil testes, outros 56.613 estavam em análise, ou seja, aguardando resultado. Isso coloca o Brasil entre os países que menos está testando habitantes, se aproximando de países como Índia e Indonésia, de acordo com o doutor em virologia Átila Iamarino. E mesmo os registros de morte por Covid-19 estão subnotificados, dado que está havendo uma demora nos resultados dos testes das pessoas que morreram em decorrência do vírus.

O isolamento social é uma medida encarada de formas diferentes pelas diversas instâncias do governo. A sustentação dessa política logo no início da pandemia no Brasil veio dos governadores de estado, e seguida por prefeitos em sua maioria, que mantiveram uma relação tensa com o presidente da República que discorda desta posição. As orientações foram de fechamento das escolas, incentivo ao trabalho de *homeoffice* e fechamento do comércio. Mantendo apenas os serviços essenciais em funcionamento como, mercados, farmácias e bancos. Houve também uma limitação nos transportes públicos entre os municípios no Rio de Janeiro, medida que foi derrubada na última semana por uma juíza e o governador está para recorrer.

As grandes preocupações neste momento aqui no Brasil estão para além do vírus e se relacionam a estrutura de precariedades já encontradas antes da crise. Este é um momento que expõe ainda mais as expressões da questão social no país. Há muitas pessoas que já antes viviam em situação de extrema vulnerabilidade e que agora se veem diante não só do risco em relação ao vírus, mas também na impossibilidade em garantir um mínimo sustento de subsistência.

O Brasil, conhecido por suas dimensões continentais, também tem como particularidade uma heterogeneidade estrutural, que faz com que as condições de vida, e portanto, de saúde sejam diversas entre si, e se enquanto na região sudeste temos o maior índice de contaminação por Covid-19, por outro lado é também a região que tem maior infraestrutura dos hospitais, com maior número de leitos e de respiradores para o enfrentamento à pandemia, enquanto que regiões como o nordeste e norte do país as condições de infraestrutura são muito piores, e certamente, nos trará também cenários distintos em cada região e cidades, e por isso, merecem um olhar cuidadoso com as políticas a serem desenvolvidas pelos governos nas diversas instancias.

Nas favelas e comunidades mais carentes é comum encontrarmos famílias de 8 ou 10 pessoas vivendo em residência estreita de apenas dois cômodos. Muitas vezes, neste aglomerado de construções, quase não há espaço entre uma casa e outra, com ruas bastante estreitas, o que gera outra forma de convívio social muito particular destes lugares, com bastante troca e pouca privacidade. Além dessas questões arquitetônico-estruturais um dos pontos mais preocupantes destas localidades é a recorrente falta de

água, o que torna a situação destas pessoas ainda mais vulnerável diante do vírus. Falta o básico, algumas vezes até sabão para lavar a mão. Muitas dessas regiões vivenciam com a ausência de uma atuação mais eficaz das políticas públicas do Estado uma ocupação do poder paralelo através do tráfico e milícias. Não é incomum a morte de pessoas nessas regiões diante do conflito armado entre tráfico, milícia e polícia. Recentemente uma liderança social expressou que a relação das pessoas nessas localidades com a morte também se apresenta diferente em relação à outros contextos da mesma cidade, e isso também traz influências na forma de resposta a este momento.

A maior parte das pessoas que residem nestes espaços são trabalhadores informais, que estando sem trabalhar não conseguem ter o que comer. Estas pessoas são afetadas de diversas maneiras pela crise e muitas vezes assumem um estado de negação desta realidade para sobreviver e se manter trabalhando.

Esta defesa pela via da negação ganha ainda mais respaldo com os discursos do presidente Jair Bolsonaro que costumam minimizar a gravidade da situação em rede nacional (televisão). Além de definir como “gripezinha” o presidente defende que o isolamento só seja realizado de forma vertical, se limitando assim aos idosos e grupos de risco, excluindo a importância do controle dos contágios. Ele defende a reabertura do comércio e escolas e apresenta diante da preocupação com a economia a fala de que o trabalhador precisa trabalhar para ter o que comer, o que promove um sentimento de desespero frente a um discurso que retira a responsabilidade do Estado no manejo da crise. Esta população já vivenciava a dureza do desamparo antes deste cenário. É comum ver as ruas mais movimentadas após um desses discursos do presidente que minimiza a questão. Com a suspensão das aulas nas redes públicas de ensino e a consequente interrupção da merenda escolar observamos muitas famílias em maior necessidade para prover uma alimentação mais saudável aos filhos.

Apesar disso, recentemente foi sancionada aqui no Brasil a lei da Renda Básica, que oferece um auxílio emergencial pelos próximos três meses às famílias que estão em maiores dificuldades. Após este anúncio foram encontradas diversas filas e aglomerações nas portas de agências do governo para regularização de documento para receber o benefício. Para muitos, o medo da fome é muito maior que o medo do vírus. Na espera da liberação deste benefício já encontramos muitas pessoas em situação de grande vulnerabilidade. Enquanto isso, alguns grupos sociais desenvolveram formas de arrecadação através de doações para distribuição de cestas básicas, com incentivo à pequenos comércios e empreendedores nas comunidades mais carentes em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Além disso outro ponto alarmante diz respeito aos casos de violência doméstica no Brasil, que subiram vertiginosamente durante essas semanas de quarentena. O plantão de justiça do Estado do RJ registrou um aumento de 50% dos casos de violência contra a mulher. Sem a possibilidade de sair de casa há um excesso de presença nas relações do convívio de quem compartilha da mesma residência. Esse tem sido um ponto difícil para muitas pessoas, especialmente nos casos das relações já conflituosas em que a violência já se apresentava. Na dificuldade em sair de casa após a situação de violência estas pessoas se encontram ainda mais vulneráveis neste contexto, somada a dificuldade em serem recebidas em atendimento por ONGs que precisaram interromper seus trabalhos presenciais durante a quarentena.

Assim como na Itália e em outros cantos do mundo afetados pela pandemia, encontramos uma reestruturação dos serviços de saúde, com suspensão de atendimentos ambulatoriais para priorização apenas das urgências. Encontramos muitos profissionais de saúde preocupados, inclusive em alguns serviços de saúde que não possuem equipamentos de proteção suficientes para os profissionais, o que tem ocasionado uma alta taxa de contaminação por covid-19 por estes profissionais.

Na Policlínica Piquet Carneiro (PPC), um dos pólos de testagem no Rio de Janeiro, principalmente para profissionais de saúde do estado, há uma média de duzentos pacientes/dia para serem atendidos com sintomas de Covid19. A partir das próximas semanas acredita-se que esse número subirá para 300/dia, assim que chegarem os novos testes rápidos, que dão resultado em até quinze minutos.

O que temos observado enquanto demandas que tem chegado na PPC, em geral são preocupações dos profissionais de saúde que são atendidos, pelo não cumprimento em muitos locais de trabalho, de disponibilização de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) suficiente e de forma adequada, muitas vezes somente sendo disponibilizadas máscaras cirúrgicas para profissionais que, inclusive, manipulam pacientes e que, portanto, precisariam utilizar a máscara N95, além de outros equipamentos como capotes, luvas, óculos, gorro e também em algumas instituições não está sendo cumprido a portaria do Ministério da Saúde que libera para trabalho em *homeoffice* profissionais que sejam do grupo de risco. Assim, os profissionais de saúde que estão na linha de frente ao enfrentamento a essa pandemia no Brasil estão muitas vezes desassistidos de seus direitos básicos, tendo inclusive, que lidar com o medo de não pagamento de salários, pois em entrevista a um jornal de grande circulação no Rio de Janeiro, o governador do estado Wilson Witzel disse só ter como garantir o pagamento dos servidores até maio, caso não haja ajuda do governo federal. De outro lado, deputados do Partido Novo protocolaram à PEC 10/2020 que propunha a redução de salários dos servidores públicos, entretanto a mesma foi rejeitada, o que não muda o fato de que propostas como essas estão sendo colocadas, e que inclusive, já existe um projeto de lei tramitando com essa mesma proposta, ou seja, a ameaça é real.

Este cenário traz muitas implicações sem dúvida para muitas áreas da assistência em saúde, sobretudo também na Saúde Mental. Não tem sido possível neste momento as atividades de grupo e convivência que são fundamentais no cuidado em Saúde Mental. Esta área recebeu uma forte influência da Itália nos anos 80 em pensar um modelo de tratamento para pacientes com transtornos mentais graves, que se desenvolve no cotidiano das relações e vai contra a política antes adotada de asilamento dessas pessoas.

Este momento de necessário isolamento social põe em crise as formas que desenvolvemos de cuidar das pessoas com transtornos mentais graves. Tem sido necessário pensar outras formas de acompanhamento que valoriza o vínculo dentro do que é possível atualmente, o telefone tem sido um recurso bastante utilizado. É fundamental que a Saúde Mental não seja posta de lado, uma vez que não há uma divisão assim tão clara entre adoecimento físico e mental como supomos existir no pensamento ocidental.

Os Serviços Residenciais Terapêuticos são casas compostas por moradores que possuem transtorno mental grave e permaneceram anos internados em instituições psiquiátricas. Na Rocinha, uma das maiores favelas da América Latina, temos um serviço como este onde não é possível interromper o convívio, justamente por se tratar de um serviço- moradia com pessoas que passaram cerca de vinte anos internadas no hospital psiquiátrico e

apresentam pouca autonomia em tarefas básicas do cotidiano. Para estas pessoas, que por anos estiveram impossibilitadas de circular na cidade, viver em uma casa fora do hospital é uma conquista imensa em retomar uma vida com possibilidades de escolha, circulação e trocas. O que torna este um momento bastante delicado. Esses moradores possuem questões clínicas importantes que os colocam em grupo de alto risco ao Covid19. Além disto, essa localidade apresenta altas taxas de tuberculose, o que torna a região ainda mais vulnerável aos riscos da pandemia.

Aqui no Rio de Janeiro, com as ruas menos movimentadas, observamos um desamparo muito grande também dos moradores de rua, que encontram menos recursos para conseguir se alimentar e permanecem expostos aos riscos de contaminação das ruas. A prefeitura está abrindo novos abrigos para esta população, bem como algumas vagas em hotéis para os idosos que residem em favelas. Mas o número de ofertas neste sentido permanece insuficiente.

Entretanto, somada à algumas iniciativas de distribuição de alimentos por alguns grupos sociais, também encontramos algumas redes solidárias se formando e oferecendo suporte de atendimento psicológico pelo telefone durante a pandemia, tanto para trabalhadores do SUS (Sistema único de saúde – público) quanto à população em geral.

Há uma preocupação atual colocada com a saída do então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, que ainda que tenhamos severas críticas – pois sempre esteve ligado a bancada ruralista, contra a demarcação de terras indígenas, operando sempre a favor dos planos privados de saúde em detrimento do SUS – no atual cenário vinha se apresentando enquanto uma figura em consonância com as orientações internacionais de saúde. Ainda que esta posição o colocasse em conflito com o presidente da República, que ameaça pôr fim à política do isolamento social com suas teorias negacionistas e anticientíficas somadas ao debate, que inclui o atual ministro da economia Paulo Guedes, dos prejuízos à economia do país.

Sua demissão levou a panelaços em muitos locais, como resposta de descontentamento da população à sua saída. Em seu lugar o oncologista Nelson Teich foi convidado a comandar a pasta, e já se mostra mais alinhado com a figura do presidente do país, e se no início havia anunciando o interesse em massificar testagens para que fosse colocado fim ao isolamento social em massa, em sua primeira coletiva de imprensa ele disse que “não tem fórmula mágica, não tem teste em massa. O que você tem que fazer é usar os testes para mapear a população de forma que sua amostra reflita o todo. Ter o dado, interpretar o dado e tomar iniciativas a partir disso é o que vai fazer toda a diferença”.

Essa semana aconteceu a saída de mais um ministro do governo. Sergio Moro, até então ministro da Justiça, se retirou fazendo alegações bem sérias sobre o presidente e sua tentativa de interferência em investigações na Polícia Federal. A situação de pandemia, somada à crise política instalada no país, traz de fato bastante preocupação à população.

O futuro do país frente à pandemia do coronavírus ainda é uma incógnita, principalmente para a classe trabalhadora mais empobrecida. O recurso emergencial por três meses, que ainda não chegou para todos, na quantia de R\$600,00, para cidades como o Rio de Janeiro mostra-se insuficiente para a manutenção das condições mínimas de existência.

A possibilidade de um sistema público de saúde é ainda a possibilidade de vida para grande parte da população, ainda que este sistema esteja cambaleante, diante de tantos

anos de governos que o sucatearam. A pauta dos direitos universais se coloca na ordem do dia. Como enfrentaremos esse momento histórico e que saídas encontraremos coletivamente? A luta contra a revogação da Emenda Constitucional 95, que congela os gastos com as políticas sociais pelos próximos 20 anos no Brasil, é essencial para a recuperação do SUS. A saúde pública, única política de caráter universal entre as políticas de seguridade social é um direito constitucional desde a Carta Magna de 1988, e mostra o papel elementar das políticas públicas universais em um país marcadamente desigual em sua história. Ainda com todas as limitações, o SUS para grande parte da população brasileira é a única possibilidade de escolha entre a vida e a morte. Isso nos faz pensar que a saúde precisa ser encarada como produção de vida e campo de possibilidades para transformações sociais.

Será importante refletir diante da pandemia a auto-organização possível frente a um Estado muitas vezes omissivo. A auto-organização da classe trabalhadora precisa ser encarada como uma saída frente a esta omissão. Seja na luta pelo EPI's para profissionais de saúde, que estão na linha de frente dessa batalha, seja para a grande parte da população que ainda não se reconhece enquanto classe capaz de construir alternativas frente a crise social.